

Conservadorismo Contábil e a adoção das IFRS: Evidências em empresas brasileiras familiares e não familiares

DOI: 10.4025/enfoque.v35i1.29417

André Gobette Santana

Mestre em Ciências Contábeis pelo Programa de Pós Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau - FURB

Professor do Curso de Ciências Contábeis da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR
E-mail: andregobette@sercomtel.com.br

Roberto Carlos Klann

Doutor em Ciências Contábeis e Administração pela Universidade Regional de Blumenau - FURB
Professor do Programa de Pós Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau - FURB
E-mail: rklann@furb.br

Recebido em: 08.10.2015

Aceito em: 22.12.2015

2ª versão aceita em: 29.03.2016

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo verificar a influência da convergência das normas brasileiras de contabilidade às normas contábeis internacionais no conservadorismo contábil de empresas brasileiras familiares e não familiares. Pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa e apoiada em pesquisa documental foi desenvolvida para tal. Para medir o conservadorismo condicional foi utilizado o modelo de Ball e Shivakumar (2005). A amostra compreendeu 315 empresas no período de 2003 a 2012, dividida em familiares e não familiares. Entre as técnicas estatísticas utilizadas na análise dos dados destacam-se a análise de dados em painel, teste LM de Breusch-Pagan, teste VIF, correção de White e teste de Durbin-Watson. Os resultados empíricos do estudo rejeitaram a hipótese de que a convergência das normas brasileiras de contabilidade às normas contábeis internacionais influenciou o nível de conservadorismo contábil de empresas brasileiras, o que foi observado tanto na amostra total quanto na subamostra de empresas não familiares. Somente para empresas familiares tal confirmação estatística foi possível. Assim, conclui-se que há evidências de que a adoção das IFRS resultou em uma elevação do nível de conservadorismo contábil verificado nos relatórios de empresas brasileiras de controle familiar.

Palavras-chave: Conservadorismo Contábil; Empresas Familiares; IFRS.

Accounting conservatism and ifrs's adoption: evidence from family and non-family brazilian companies

ABSTRACT

This study aims to determine the influence of the convergence of Brazilian accounting standards to the International Accounting Standards on accounting conservatism of Brazilian familiar and non-familiar companies. Descriptive research with quantitative approach and supported by descriptive research was developed for this purpose. We used the model of Ball and Shivakumar (2005) to measure conditional conservatism. The sample consisted of 315 firms in the period 2003-2012, divided into family and non-family firms. The statistical techniques used in data analysis include the analysis of panel data, the LM test of Breusch-Pagan, VIF, White test and the Durbin-Watson test. The results of the study rejected the hypothesis that the convergence of Brazilian accounting standards to the International Accounting Standards influenced the level of accounting conservatism of Brazilian companies, both to the full sample and the subsample of non-familiar firms. Only for family firms such statistical confirmation was possible. Thus, it is concluded that there is evidence that the adoption of IFRS resulted in an increase in the level of accounting conservatism found in the reports of Brazilian family-controlled companies.

Keywords: Accounting Conservatism; Family Firms; IFRS.

Enf.: Ref. Cont.	UEM - Paraná	v. 35	n. 1	p. 35-53	janeiro / abril 2016
------------------	--------------	-------	------	----------	----------------------

1 INTRODUÇÃO

Diversos órgãos, como por exemplo o *International Accounting Standards Board* (IASB), vêm realizando esforços consideráveis desde a década de 1970 a fim de possibilitar uma harmonização das regras contábeis entre diferentes países, com o objetivo de melhorar a utilidade da informação financeira no contexto internacional (CALLAO; JARNE; LAÍNEZ, 2007). A adoção global das normas internacionais de contabilidade, denominada *International Financial Reporting Standards* (IFRS), pode ser considerada um dos mais importantes eventos ocorridos na contabilidade na última década.

Para o IASB (2013), o objetivo central das IFRS é criar um conjunto único de normas de contabilidade de alta qualidade, compreensível e aplicável, que seja globalmente aceito e baseado em princípios claramente articulados, que ajude os participantes dos mercados de capitais de diferentes países a tomar decisões econômicas.

A abertura da economia brasileira ao mercado externo colocou nossas empresas em contato direto com economias mais avançadas, inclusive com títulos negociados nas bolsas de maior movimento do mundo, ao alcance dos investidores sediados em outros países. Como consequência do crescimento do mercado financeiro, ficou claro que a diversidade de práticas contábeis entre as diversas economias representava um significativo custo extra e uma dificuldade a mais para a indispensável troca de informações e para a acomodação de posições (CPC 2012).

Diante deste cenário, em dezembro de 2007 foi publicada no Brasil a Lei nº 11.638, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2008. A publicação dessa lei não significou exatamente a adoção das normas internacionais por empresas brasileiras. No entanto, pode-se considerá-la como o marco inicial para o processo de convergência, em razão do sistema jurídico brasileiro ser fundamentado no princípio *code law*. Outro marco importante para o processo de convergência das normas contábeis brasileiras às normas do IASB foi a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Formado por profissionais de diversas áreas do mercado, coube ao CPC trazer para a realidade brasileira as normas do IASB.

Diversos pesquisadores destacam que a implementação das IFRS aumenta a qualidade dos lucros por meio da redução da assimetria de

informação, diminuindo o gerenciamento de resultados, fornecendo informações financeiras mais relevantes para investidores e diminuindo o custo de capital (LEUZ, 2003; BARTH; LANDSMAN; LANG, 2008; PAANANEN; LIN, 2009).

Alguns estudos fornecem evidências de que a qualidade da informação contábil melhorou após a adoção das IFRS, aumentando a transparência e a comparabilidade das informações financeiras. Destaca-se nesse sentido o estudo de Ashbaugh e Pincus (2001), que analisou 80 empresas de diversos países que adotaram voluntariamente as IAS, além de Garcia Lara, Torres e Veira (2008), que investigaram 874 empresas de 58 países que adotaram voluntariamente as normas do IASB no período de 1994-2003. Algumas pesquisas analisaram ainda a relação entre a adoção das normas do IASB e a qualidade da informação contábil por meio do conservadorismo contábil (CALLAO; JARNE; LAÍNEZ, 2007; HUNG; SUBRAMANYAM, 2007; SODERSTROM; SUN, 2007; BARTH; LANDSMAN; LANG, 2008; PAANANEN; LIN, 2009).

A existência de conservadorismo contábil reduz os incentivos da administração e a capacidade de manipular os números contábeis. Dessa forma, reduz a assimetria da informação entre principal e agente. Consequentemente, a qualidade dos resultados deve ser aumentada com a diminuição do gerenciamento dos resultados (BASU, 1997; GARCIA LARA; MORA, 2004; RAONIC; MCLEAY; ASIMAKOPOULOS, 2004; ROYCHOWDHURY; WATTS, 2007; LAFOND; WATTS, 2008; LYENGAR; ZAMPELLI, 2010).

Os conflitos entre principal e agente e, consequentemente, seus efeitos na assimetria da informação e na qualidade da informação contábil ganham contornos diferenciados quando são analisados no âmbito de empresas familiares e não familiares. Discute-se que o interesse da família controladora na maioria das vezes está alinhado com o da empresa. Além disso, diversos mecanismos de reforço de lealdade fazem com que os gerentes ajam de acordo com os interesses dos proprietários controladores (JENSEN; MECKLING, 1976). Por outro lado, em empresas familiares o monitoramento eficiente da gestão pode ser facilitado por outros meios que não as disposições contratuais.

O efeito da família é particularmente forte quando analisado sob a visão da tradicional Teoria da

Enf.: Ref. Cont.	UEM - Paraná	v. 35	n. 1	p. 35-53	janeiro / abril 2016
------------------	--------------	-------	------	----------	----------------------

Agência, pois quando os membros da alta administração fazem parte da família, o interesse do CEO está alinhado com os interesses da família, ou seja, os interesses do principal e do agente são os mesmos (JENSEN; MECKLING, 1976; FAMA; JENSEN, 1983). Pesquisadores destacam que CEO's membros da família, independente da propriedade, tendem a subordinar os objetivos pessoais e de trabalho para o benefício da organização familiar (DAVIS; SCHOORMAN; DONALDSON, 1997). Ensley e Pearson (2005) destacam que equipes de gestores de empresas familiares são mais coesas do que as equipes de empresas não familiares. Portanto, a necessidade de incentivos para cometer atos que sobreponham os interesses da família é baixa (CHENG, 2005).

Com base na análise dos estudos anteriores tomados em conjunto, os resultados apresentam um retrato diverso do impacto da propriedade familiar na divulgação dos resultados das empresas e diante deste cenário, propõem-se a seguinte questão de pesquisa: **Qual a influência da convergência das normas brasileiras de contabilidade às normas contábeis internacionais no conservadorismo contábil de empresas brasileiras familiares e não familiares?**

O objetivo geral deste estudo é verificar a influência da convergência das normas brasileiras de contabilidade às normas contábeis internacionais no conservadorismo contábil de empresas brasileiras familiares e não familiares listadas na BM&FBovespa. Como objetivos específicos destacam-se: a) identificar a existência do reconhecimento mais oportuno de perdas, por meio da análise dos lucros divulgados pelas empresas não financeiras integrantes da amostra; b) examinar alterações no nível de conservadorismo contábil após a adoção das IFRS nas empresas da amostra; c) comparar os efeitos da convergência sobre o conservadorismo contábil entre empresas familiares e não familiares.

Para atender tais objetivos, realizou-se uma pesquisa descritiva, documental e com abordagem quantitativa. Para medir o conservadorismo condicional foi utilizado o modelo de Ball e Shivakumar (2005). A amostra compreendeu 315 empresas no período de 2003 a 2012, dividida em familiares e não familiares. Entre as técnicas estatísticas utilizadas na análise dos dados destacam-se a análise de dados em painel, teste LM de Breusch-Pagan, teste VIF, correção de White e teste de Durbin-Watson.

Esta pesquisa contribui para a literatura existente em diversos aspectos, pois apesar de existir uma vasta gama de estudos sobre o conservadorismo contábil, poucos investigaram o efeito da adoção das IFRS e da estrutura de propriedade, relacionando-os ao conservadorismo. Ao utilizar os coeficientes propostos por Basu (1997), LaFond e Watts (2008) descobriram que a assimetria da informação está positivamente relacionada com o conservadorismo. Piot, Dumontier e Janin (2010) examinaram a mudança no conservadorismo condicional após a adoção das IFRS, medido pela antecipação assimétrica de boas e más notícias. Seus resultados apontam que o conservadorismo diminuiu após a adoção das IFRS em empresas auditadas por empresas de auditoria classificadas como *Big 4*.

Este estudo apresenta também contribuições práticas porque analisa o efeito da convergência às IFRS sobre o conservadorismo em empresas familiares e não familiares. Analisar as empresas familiares é relevante, pois diversas empresas no mundo são controladas por seus fundadores ou por famílias dos fundadores e herdeiros. Tal propriedade familiar é predominante entre as empresas de capital fechado, sendo também característica comum entre empresas de capital aberto, principalmente no Brasil.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CONTABILIDADE INTERNACIONAL

Diversos fatores têm sido destacados como preponderantes na definição das características do modelo contábil predominante em um país. Existe uma variedade de razões levantadas na literatura para as diferenças nas práticas contábeis. O Quadro 1 apresenta um resumo das principais razões para as diferenças nas normas e práticas contábeis:

Enf.: Ref. Cont.	UEM - Paraná	v. 35	n. 1	p. 35-53	janeiro / abril 2016
------------------	--------------	-------	------	----------	----------------------

Razões Genéricas	Exemplos de Razões Específicas
Características e necessidades dos usuários das demonstrações contábeis	- nível de educação e sofisticação dos usuários (especialmente, do gestor de negócios e da comunidade financeira); - tipo de sistema de financiamento; - características das empresas: tamanho, complexidade, multinacionalidade, endividamento, etc.
Características dos preparadores das demonstrações contábeis (contadores)	- sistema de educação profissional dos contadores; - <i>status</i> , idade e tamanho da profissão contábil; - regulação da profissão.
Modos pelos quais se pode organizar a sociedade sob a qual o modelo contábil se desenvolve	- sistema político; - sistema econômico e nível de desenvolvimento; - sistema jurídico; - sistema fiscal.
Aspectos culturais	- valores culturais; - religião; - linguagem.
Outros fatores externos	- históricos (principalmente, invasões e herança colonial); - geográficos; - laços econômicos e políticos.

Quadro 1 - Resumo das principais razões para as diferenças nas normas e práticas contábeis.

Fonte: Weffort (2005, p. 42).

Para Weffort (2005), as razões apontadas como mais relevantes podem ser enquadradas em pelo menos um dos seguintes grupos: a) características e necessidades dos usuários das demonstrações contábeis; b) características dos preparadores das demonstrações contábeis; c) modos pelos quais se pode organizar a sociedade na qual o modelo contábil se desenvolve, refletidos principalmente por meio de suas instituições; d) aspectos culturais; e e) outros fatores externos. As características e necessidades dos usuários das demonstrações contábeis têm sido apontadas como causas prováveis das diferenças contábeis em âmbito internacional (WEFFORT, 2005).

De acordo com a literatura contábil, o sistema jurídico do país exerce influência sobre o modelo contábil (MEEK; SAUDAGARAN, 1990; SALTER, 1991; SALTER; DOUPNIK, 1992; JAGGI; LOW, 2000; WEFFORT, 2005). Weffort (2005, p. 91) assevera que:

O sistema consuetudinário (ou *common law*) é de origem inglesa, tendo sido elaborado com base no direito costumeiro, com soluções notadamente casuísticas (caso a caso) para os conflitos. Trata-se de um direito elaborado pelos juízes, o que torna, conseqüentemente, a jurisprudência sua principal fonte. O sistema codificado

(*code* ou *civil law*) ou romano-germânico formou-se na Europa Continental, sendo, portanto, o sistema jurídico mais frequente dos países europeus e de seus colonizados na América Latina. A base desse sistema remonta à época do apogeu do Império Romano, quando verdadeiramente foi estabelecido um sistema jurídico bastante complexo individualista, extremamente formalista, com institutos jurídicos importantes e atuais até os dias de hoje.

Em países *common-law*, em que os preparadores de demonstrações financeiras são orientados pelo mercado, o acionista normalmente tem direitos exclusivos de governança corporativa. A assimetria informacional é resolvida de forma mais eficiente por meio da divulgação pública. No entanto, há maior exigência de qualidade, incluindo um reconhecimento mais oportuno dos ganhos econômicos reportados nos lucros contábeis (BALL; ROBIN; WU, 2003).

No Brasil, a contabilidade sempre foi muito influenciada pelos limites e critérios fiscais, particularmente os da legislação de Imposto de Renda. Esse fato limitou a evolução das normas de contabilidade ou, ao menos, dificultou a adoção de práticas mais adequadas. A contabilidade era feita pela

Enf.: Ref. Cont.	UEM - Paraná	v. 35	n. 1	p. 35-53	janeiro / abril 2016
------------------	--------------	-------	------	----------	----------------------

maioria das empresas com base nos preceitos e formas da legislação fiscal, a qual nem sempre se baseava em critérios contábeis adequados (IUDÍCIBUS et al., 2010).

Em países em que a profissão contábil conta com um *status* mais elevado e, portanto, com maior influência nas práticas contábeis, a qualidade das demonstrações contábeis é mais elevada, aumentando, desta forma, sua confiabilidade perante o usuário da informação contábil (KLANN, 2007).

Para Weffort (2005), a cultura também é apontada como uma possível influência nas práticas contábeis. A autora afirma que a cultura não pode ser entendida como um elemento estático, devendo ser entendida como dinâmica, sujeita a constantes mutações, pois as dimensões culturais entendidas como valores sociais são resultantes da intervenção humana sobre os fatores ambientais. Esses valores, como por exemplo, fatores geográficos, demográficos e históricos, por sua vez, influenciam a constituição das instituições de maior relevância no país, como o sistema político, educacional e legal, em que 'está inserido o modelo contábil.

Nesse contexto, surge a necessidade da harmonização das normas contábeis internacionais para mitigar as diferenças entre os padrões contábeis adotados em cada país, gerados principalmente pelas diferenças nos sistemas jurídico e educacional, pelas forças de mercado e pelas diferenças culturais existentes.

2.2 QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL

De acordo com Velury e Jenkins (2006), a qualidade dos resultados se relaciona com a utilidade da informação contábil para usuários dos relatórios financeiros. O *Statement of Financial Accounting Concepts* (SFAC) nº 2 discute as qualidades que tornam a informação contábil útil (FASB, 1995). De acordo com este documento, as qualidades que distinguem informações "melhores" (mais úteis) e informações "inferiores" (menos úteis) são principalmente as qualidades da

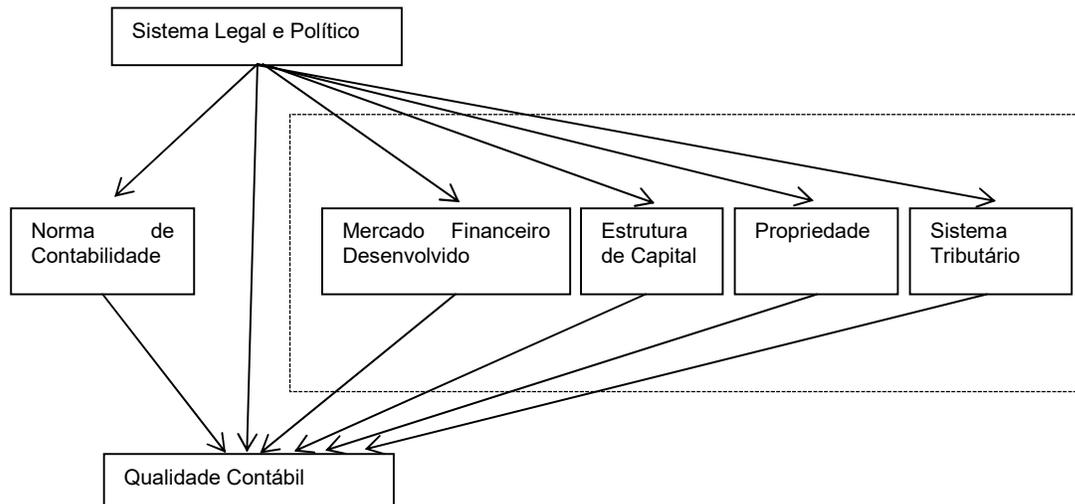
relevância e confiabilidade, com algumas outras características que implicam essas qualidades.

O FASB tem discutido os componentes destas qualidades primárias como sendo: valor preditivo, valor de *feedback*, *timeliness*, verificabilidade, neutralidade e fidelidade representacional. A qualidade dos resultados é essencialmente um conceito teórico e os pesquisadores não identificaram um método uniforme para medir essa construção multidimensional (VELURY; JENKINS, 2006). Embora a qualidade dos resultados seja discutida na literatura com referência às múltiplas dimensões, pesquisadores têm tipicamente mensurado apenas uma ou duas dimensões na maioria dos estudos (POTTER; RAYBURN, 1993; NEILL, 1993; WILD, 1996; MYERS; MYERS; OMER, 2003).

Pesquisas anteriores avaliaram a qualidade dos resultados contábeis de várias maneiras. Estudos recentes mensuraram a qualidade dos resultados contábeis por meio de oito atributos de ganhos, a saber: i) qualidade do *accrual*; ii) persistência; iii) previsibilidade; iv) suavização; v) confiabilidade; vi) relevância; vii) tempestividade e viii) conservadorismo. Todos estes atributos são utilizados como critérios para avaliar a qualidade da contabilidade (FRANCIS et al., 2005; BIDDLE; HILARY, 2006; WANG, 2006).

A literatura internacional de contabilidade fornece evidências de que a qualidade da contabilidade tem consequências econômicas, tais como custo de capital (LEUZ; VERRECCHIA, 2000), eficiência na alocação de capital (BUSHMAN; PIOTROSKI; SMITH, 2006; SUN, 2006) e mobilidade internacional de capitais (YOUNG; GUENTHER, 2002). A Figura 1 apresenta os determinantes da qualidade da informação contábil. Soderstrom e Sun (2007) destacam que as normas de contabilidade e sistemas jurídicos e políticos, além dos incentivos de relatórios financeiros, afetam a qualidade da informação contábil.

Enf.: Ref. Cont.	UEM - Paraná	v. 35	n. 1	p. 35-53	janeiro / abril 2016
------------------	--------------	-------	------	----------	----------------------



Fonte: Soderstrom e Sun (2007, p. 45).

Apesar de as IFRS afetarem os relatórios financeiros, pode-se constatar que é apenas um dos fatores determinantes da qualidade da contabilidade. Este conjunto de determinantes pode fazer com que ocorra diferença na qualidade da contabilidade em diferentes países, mesmo após a adoção das IFRS.

No Brasil, de acordo com o CPC 00 (2011), a característica qualitativa confiabilidade foi alterada para representação fidedigna. A característica essência sobre a forma foi formalmente retirada da condição de componente separado da representação fidedigna, por ser considerada redundante. A característica prudência (conservadorismo) também foi retirada da condição de aspecto da representação fidedigna por ser inconsistente com a neutralidade. A subavaliação de ativos e superavaliação de passivos, segundo o IASB, geram consequentes registros de desempenho posteriores inflados. Este resultado, por sua vez, é incompatível com a informação que pretende ser neutra.

Apesar do posicionamento do IASB quanto à retirada do conservadorismo da condição de aspecto da representação fidedigna, há na literatura diversos estudos (BASU, 1997; BALL; KOTHARI; ROBIN, 2000; GIVOLY; HAYN, 2000; BALL; ROBIN; WU, 2003; BALL; SHIVAKUMAR, 2005; BARTH; LANDSMAN; LANG, 2008; PAANANEN; LIN, 2009; DECHOW; GE; SCHRAND, 2010) que apontam o conservadorismo contábil como

uma *proxy* para a qualidade da informação contábil.

Diversos autores destacam o sistema judiciário e legal de um país, as leis relacionadas aos valores mobiliários, o sistema político-econômico e o regime de tributação como fatores que influenciam as práticas do conservadorismo, porque criam incentivos que influenciam no comportamento dos executivos corporativos, investidores, reguladores e outros participantes do mercado (WATTS, 2003; BUSHMAN; PIOTROSKI, 2006).

Para Givoly e Hayn (2000), o conservadorismo é uma importante convenção de relatórios financeiros. Ele implica em um exercício de cautela no reconhecimento e mensuração das receitas e ativos. No entanto, apesar de seu importante papel na teoria e prática da contabilidade, não existe nenhuma definição oficial de conservadorismo. A única definição oficial é aquela apresentada no glossário de Declarações de Conceitos nº 2 do FASB, que aponta o conservadorismo como “uma reação prudente diante de incerteza, para tentar garantir que a incerteza e os riscos inerentes a situações de negócio sejam adequadamente consideradas”. No entanto, essa definição não especifica a natureza da reação prudente solicitada pelo conservadorismo, nem explica como a reação pode assegurar que os riscos sejam adequadamente considerados.

Enf.: Ref. Cont.	UEM - Paraná	v. 35	n. 1	p. 35-53	janeiro / abril 2016
------------------	--------------	-------	------	----------	----------------------

LaFond e Watts (2008) asseveram que a assimetria de informação entre principal e agente cria uma demanda por conservadorismo. Os autores afirmam que a assimetria informacional produz conservadorismo e está positivamente relacionada ao conservadorismo contábil. Quanto maior a assimetria de informações entre a administração e os investidores externos, maior será o conservadorismo nos relatórios contábeis.

Assim, pode-se supor que em empresas familiares, caracterizadas por menor assimetria informacional entre a gestão e os controladores (geralmente ambos representados pela família), haveria menor nível de conservadorismo contábil do que em empresas não familiares. Tal questão é um dos aspectos tratados neste estudo.

3 MÉTODOS E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

A presente pesquisa caracteriza-se como descritiva, realizada por meio de uma coleta de dados documental, na base de dados Economática®, com abordagem quantitativa. Cervo e Bervian (1996, p. 66) asseveram que “a pesquisa descritiva observa, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los”. Os autores destacam ainda que a pesquisa descritiva “procura descobrir, com a previsão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e características”.

A abordagem desta pesquisa é quantitativa porque pesquisa desta natureza “caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento dessas através de técnicas estatísticas desde a mais simples, às mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão etc.” (RICHARDSON, 1999, p. 29).

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população deste estudo é composta por 345 empresas de capital aberto com ações negociadas na BM&FBovespa no período de 2003 a 2012, excluídas as empresas do setor financeiro, em função de suas especificidades regulatórias.

A amostra da pesquisa foi por acessibilidade, pois as empresas com valores nulos, incompletos e aquelas que apresentaram ausências de valores em dados necessários para a pesquisa foram excluídas, resultando em uma amostra de 315 empresas que apresentaram dados completos para a análise. A amostra foi dividida em empresas brasileiras familiares e não familiares, no período de 2003 a 2007 (pré-convergência) e 2008 a 2012 (pós-convergência).

Estudos anteriores (LA PORTA et al., 1999; CLAESSENS et al., 2002; VILLALONGA; AMIT, 2006) definiram empresas familiares como aquelas em que a família fundadora ou membro da família ou particular controla 10% ou mais do capital próprio e está envolvido na gestão de topo da empresa. Uma participação de 10% ou mais no capital próprio da empresa é utilizada na literatura para indicar uma influência significativa na empresa pela família ou investidor substancial (CLAESSENS; DJANKOV; LANG, 2000). Neste estudo foi utilizada esta metodologia para definir o controle familiar.

A partir da definição de controle familiar proposta por Claessens, Djankov e Lang (2000) foi consultado o Formulário de Referência, acessado no sítio da BM&FBOVESPA. Neste formulário verificaram-se a composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal das empresas, disponíveis no item 12.6. Verificou-se também as relações familiares, disponíveis no item 12.9, por meio do nome do administrador do emissor ou controlada, da pessoa relacionada e o tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada. Por fim, analisou-se a posição acionária das empresas, conforme o item 15.1 do formulário.

A investigação foi limitada a empresas brasileiras, principalmente para superar os problemas associados com a comparação entre países com diferentes ambientes institucionais. Além disso, o Brasil é particularmente bem adequado para essa investigação empírica por várias razões. Em primeiro lugar, porque oferece neste momento uma experiência natural para o exame dos efeitos das Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo IASB nas demonstrações financeiras. Até o ano de 2007 existia uma diferença entre as normas do

Enf.: Ref. Cont.	UEM - Paraná	v. 35	n. 1	p. 35-53	janeiro / abril 2016
------------------	--------------	-------	------	----------	----------------------

IASB e as normas brasileiras de contabilidade, influenciadas fortemente pelas normas emitidas pelos órgãos reguladores: (i) Comissão de Valores Mobiliários - CVM; (ii) Conselho Federal de Contabilidade – CFC, sem falar na Receita Federal do Brasil – RFB, que utilizava a informação contábil para a tributação das empresas. Segundo, porque toda a normatização está em vigência plena no Brasil desde 2010. Terceiro, um número significativo de empresas brasileiras adotaram as normas do IASB, o que permite analisar uma quantidade de empresas considerável.

3.3 DESENVOLVIMENTO DA HIPÓTESE

A partir do problema de pesquisa e dos objetivos do estudo foram levantadas as hipóteses (H₁), (H_{1a}), (H_{1b}), (H₂), (H_{2a}), (H_{2b}) do presente trabalho.

H₁ - A convergência das normas brasileiras de contabilidade às normas contábeis internacionais influenciou o nível de conservadorismo contábil de empresas brasileiras.

H_{1a} - A convergência das normas brasileiras de contabilidade às normas contábeis internacionais elevou o nível de conservadorismo contábil de empresas brasileiras.

H_{1b} - A convergência das normas brasileiras de contabilidade às normas contábeis internacionais diminuiu o nível de conservadorismo contábil de empresas brasileiras.

H₂ - A influência da convergência sobre o conservadorismo contábil em empresas familiares difere da influência observada em empresas não familiares;

H_{2a} - A convergência das normas brasileiras de contabilidade às normas contábeis internacionais elevou o nível de conservadorismo contábil de empresas brasileiras familiares.

H_{2b} - A convergência das normas brasileiras de contabilidade às normas contábeis internacionais diminuiu o nível de conservadorismo contábil de empresas brasileiras familiares.

3.4 INSTRUMENTO DE PESQUISA

No presente estudo foi utilizado o modelo alternativo de Basu (1997), desenvolvido por Ball e Shivakumar (2005), que foi ajustado para verificar em que medida a convergência das normas brasileiras de contabilidade às normas contábeis internacionais impactou o conservadorismo contábil de empresas brasileiras.

O modelo desenvolvido por Ball e Shivakumar (2005) utiliza a seguinte equação para medir o conservadorismo contábil (Equação 2_a):

$$\Delta NI_{it} = \alpha_0 + \alpha_1 \Delta NI_{t-1} + \alpha_2 \Delta NI_{t-1} + \alpha_3 \Delta NI_{t-1} \times \Delta NI_{t-1} + \varepsilon_t$$

Onde:

ΔNI_{it} representa a variação no lucro líquido contábil da empresa *i* do ano *t-1* para o *t* ponderada pelo valor do ativo total no início do ano *t*;

ΔNI_{it-1} representa a variação no lucro líquido contábil da empresa *i* do ano *t-2* para o *t-1* ponderada pelo valor do ativo total no início do ano *t-1*;

ΔNI_{t-1} é uma variável *dummy* para indicar se existe variação negativa no lucro líquido contábil da empresa *i* do ano *t-1* para o ano *t*, assumindo valor 1 se $\Delta NI_{it} < 0$, e 0 nos demais casos;

ε_{it} é o erro da regressão.

A Equação 2_a foi testada em dois subgrupos da amostra, incluindo o período de pré-convergência, com observações realizadas durante o período de 2003-2007; e pós-convergência, com observações realizadas no período de 2008-2012. O reconhecimento intempestivo de ganhos econômicos, adiando a incorporação no resultado até que seus aumentos subjacentes no fluxo de caixa sejam realizados, faz com que os ganhos sejam reconhecidos como componentes positivos “persistentes” do lucro contábil, que tendem a não ser revertidos. A implicação é $\alpha_2 = 0$. O reconhecimento oportuno das perdas é medido pelo coeficiente α_3 . Para as empresas que apresentarem o conservadorismo em seus relatórios, espera-se que as perdas econômicas sejam reconhecidas mais oportunamente do que os ganhos, como diminuição transitória dos ganhos, a

Enf.: Ref. Cont.	UEM - Paraná	v. 35	n. 1	p. 35-53	janeiro / abril 2016
------------------	--------------	-------	------	----------	----------------------

implicação seria $\alpha_3 < 0$ e $\alpha_2 + \alpha_3 < 0$ (BALL; SHIVAKUMAR, 2005).

Para testar o efeito das IFRS sobre o conservadorismo, foi utilizada a equação 2_b,

$$\Delta NI_t = \alpha_0 + \alpha_1 \Delta NI_{t-1} + \alpha_2 \Delta NI_{t-1} + \alpha_3 \Delta NI_{t-1} \times \Delta NI_{t-1} + \alpha_4 IFRS + \alpha_5 IFRS \times \Delta NI_{t-1} + \alpha_6 IFRS \times \Delta NI_{t-1} + \alpha_7 IFRS \times \Delta NI_{t-1} \times \Delta NI_{t-1} + \varepsilon_t$$

Em que:

IFRS é igual a 1 para as observações referentes aos períodos de convergência e pós-convergência, e 0 para as observações referentes ao período de pré-convergência. A variável IFRS é ajustada com base no ano da adoção (seja 2008, 2009, 2010 ou 2011);

A equação 2_b é testada com observações de amostras reunidas no período de 2003 a 2012. As variáveis de interesse da equação 2_b são α_2 , α_3 , α_6 e α_7 . O reconhecimento oportuno de perdas econômicas implica que elas são reconhecidas com diminuição dos lucros transitórios e, portanto, a implicação está em $\alpha_2 + \alpha_3 < 0$. A hipótese que perdas são reconhecidas mais rapidamente do que os ganhos resulta em $\alpha_3 < 0$. Portanto, observado a soma dos coeficientes ($\alpha_2 + \alpha_3 + \alpha_6 + \alpha_7$) referente ao modelo ajustado pela *dummy* IFRS (Equação 2_b), se esta for menor à soma dos coeficientes ($\alpha_2 + \alpha_3$) referente ao modelo original (Equação 2_a), infere-se que após a adoção das IFRS houve aumento no nível de conservadorismo contábil.

Para testar o efeito das empresas familiares e não familiares sobre o conservadorismo, também foi utilizada a abordagem alternativa proposta na equação 2_b. Para realização da análise, a amostra foi dividida em dois sub-grupos: a) empresas familiares; e b) empresas não familiares.

A medida de reconhecimento oportuno proposto por Ball e Shivakumar (2005) explora a natureza transitória dos ganhos econômicos (SAMUELSON, 1965; FAMA, 1970). Esta medida mensura o ganho e as perdas oportunas incorporadas como tendência para aumentos e diminuições, como forma de reversão de lucros contábeis (BASU, 1997), um indicador de ganho transitório e componentes de perdas.

O conservadorismo, por sua vez, torna o lucro contábil mais oportuno e sensível às más notícias do que às boas notícias. Desse modo, em uma regressão linear, a relação lucro-

um modelo desenvolvido por Ball e Shivakumar (2005) ajustado pela variável *dummy* IFRS, descrita a seguir (equação 2_b):

retorno é prevista para ser mais forte para retornos negativos inesperados do que para retornos positivos inesperados. O conservadorismo aumenta a oportunidade do lucro na divulgação de más notícias (BASU, 1997; BALL; KOTHARI; ROBIN, 2000).

Em ambas as equações, modelo original 2_a e modelo ajustado 2_b, levou-se em consideração o reconhecimento das perdas econômicas mais oportunamente do que os ganhos, como diminuição transitória dos ganhos, cuja implicação seria $\alpha_3 < 0$ e $\alpha_2 + \alpha_3 < 0$. Todas as regressões foram estimadas com o emprego do *software EViews 7* e os testes foram realizados utilizando o *Statistics Data Analysis 11.2* (STATA).

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 ANÁLISE DO CONSERVADORISMO CONTÁBIL ANTES E APÓS A ADOÇÃO DAS IFRS

Para atender ao primeiro objetivo específico do estudo, que é identificar a existência do reconhecimento mais oportuno de perdas, por meio da análise dos lucros divulgados pelas empresas não financeiras integrantes da amostra, realizou-se análise por meio de dados em painel. Também chamados de dados longitudinais, são dados de diversas entidades, em que cada uma delas é observada em dois ou mais períodos de tempo.

De acordo com Fávero et al. (2009), este tipo de análise possui três abordagens comuns: i) *pooled independent cross-sections* ou *pooled ordinary least squares*; ii) efeitos fixos; e iii) efeitos aleatórios. Para identificar a abordagem a ser utilizada, realizou-se a aplicação do teste *Langrange Multiplier* (LM) de Breusch-Pagan, a fim de avaliar a adequação do modelo de efeitos aleatórios com base na análise dos resíduos do modelo estimado por mínimos quadrados ordinários (POLS), sob a hipótese nula de que a variância

dos resíduos seja igual a zero (FÁVERO et al., 2009). Os resultados do teste LM de Breusch e Pagan indicaram a adequação do modelo POLS.

O procedimento econométrico utilizado para tratar a heteroscedasticidade foi a correção de White, ou simplesmente chamado de regressão robusta. Por meio do teste de robustez, verificou-se a alteração dos erros de mensuração das variáveis (Robust Std. Err.) e, conseqüentemente, os valores das estatísticas t e os respectivos Sig. F. Constatou-se a robustez do modelo utilizado, pois a correção de White não apresentou mudanças significativas dos parâmetros das variáveis explicativas. Por fim, o diagnóstico da ausência de autocorrelação serial foi realizado por meio do teste estatístico de *Durbin-Watson*.

Os resultados da regressão referente ao modelo desenvolvido por Ball e Shivakumar (2005) são apresentados na Tabela 1. A análise de regressão foi realizada para todas as empresas da amostra, incluindo 315 empresas (*cross-sections*). Foram analisados 10 períodos (2003-2012) por meio de painel desbalanceado, pois o número de observações não foi o mesmo para todas as empresas, totalizando 2.528 observações. Excluiu-se 1% das variáveis contábeis em cada extremo da amostra, para eliminar os problemas de dimensionamento, procedimento também utilizado por Ball e Shivakumar (2005).

A Tabela 1 também apresenta o resultado da estimativa da versão do modelo de regressão (2_b), modificado para apresentar diferenças entre período de pré-convergência e pós-convergência para todas as empresas da amostra. Neste modelo, IFRS é uma variável *dummy* que tem o valor de 1 para o período pós-convergência e zero (0) para o período pré-convergência.

As previsões deste estudo sobre conservadorismo antes e após as IFRS são baseadas no raciocínio e evidências relatadas em Barth, Landsman e Lang (2008), os quais apontam que empresas que adotam as IFRS apresentam reconhecimento mais oportuno de perdas e maior relevância dos resultados.

Assim, levou-se em consideração o reconhecimento diferido nos ganhos

econômicos, como componentes positivos “persistentes” do lucro contábil, sendo que a implicação é $\alpha_2 = 0$. Espera-se também que as perdas econômicas sejam reconhecidas mais oportunamente do que os ganhos, como diminuição transitória dos ganhos, cuja implicação seria $\alpha_3 < 0$ e $\alpha_2 + \alpha_3 < 0$.

A hipótese H_1 é que a convergência das normas brasileiras de contabilidade às normas internacionais influenciou o nível de conservadorismo contábil de empresas brasileiras. Com base no estudo de Barth, Landsman e Lang (2008), espera-se que antes das IFRS as empresas sejam menos propensas a reconhecer perdas econômicas em tempo hábil do que após a adoção das IFRS. Assim, a previsão deste estudo é que $\alpha_7 < 0$ e significativo.

A Tabela 1 apresenta os resultados da regressão calculada utilizando o modelo desenvolvido por Ball e Shivakumar (2005), já apresentado anteriormente, além do modelo ajustado pela inclusão da variável IFRS.

De acordo com a Tabela 1, constata-se que há uma tendência das empresas brasileiras reconhecerem mais oportunamente as perdas econômicas do que os ganhos. Esta tendência de diminuição transitória dos ganhos pode ser constatada a partir da análise dos resultados do modelo original, por meio do coeficiente $\alpha_3 < 0$ (-1,310) e da soma dos coeficientes $\alpha_2 + \alpha_3 < 0$ (-0,105 + -1,310 = -1,416). No entanto, como os coeficientes α_2 e α_3 não foram significativos, não é possível confirmar estatisticamente tal comportamento. Estudos anteriores realizados no Brasil para calcular o conservadorismo após a vigência da Lei n° 11.638/07 também não encontraram significância estatística nos coeficientes calculados (SANTOS; LIMA; FREITAS; LIMA, 2011; STERZECK, 2011).

Enf.: Ref. Cont.	UEM - Paraná	v. 35	n. 1	p. 35-53	janeiro / abril 2016
------------------	--------------	-------	------	----------	----------------------

Tabela 1 - Resultados da equação (1a) para o período de pré-convergência (2003 a 2007) e pós convergência (2008-2012).

Variáveis		Modelo Original			Modelo IFRS		
		Coefficiente	Estatística t	Sig.	Coefficiente	Estatística t	Sig.
C	α_0	0,103	3,459	0,030	0,085	1,797	0,047
$\Delta\Delta NI_{t-1}$	α_1	-0,214	-5,512	0,038	-0,235	-3,919	0,060
ΔNI_{t-1}	α_2	-0,105	-0,673	0,156	-0,124	-0,464	0,268
$\Delta\Delta NI_{t-1} * \Delta NI_{t-1}$	α_3	-1,310	-6,093	0,215	-2,078	-5,911	0,351
IFRS	α_4				0,029	0,487	0,061
IFRS * $\Delta\Delta NI_{t-1}$	α_5				0,034	0,443	0,078
IFRS * ΔNI_{t-1}	α_6				0,028	0,085	0,329
IFRS * $\Delta\Delta NI_{t-1} * \Delta NI_{t-1}$	α_7				1,301	2,924	0,444
R ² (%)		4,9			5,8		
Estatística F		44,266			22,413		
Durbin-Watson		1,082			1,079		
Observações		2.528			2.528		

Fonte: Dados da pesquisa.

A análise da influência das IFRS sobre o conservadorismo evidencia que, após a adoção das normas do IASB, as empresas pesquisadas estão menos propensas ao reconhecimento oportuno de perdas econômicas do que antes da convergência às normas internacionais. Esta afirmação pode ser verificada a partir da análise dos resultados do modelo original, por meio do coeficiente $\alpha_2 + \alpha_3$ ($-0,105 + -1,310 = -1,416$), em comparação com o modelo ajustado pela variável IFRS, por meio dos coeficientes $\alpha_2 + \alpha_3 + \alpha_6 + \alpha_7$ ($-0,124 + -2,078 + 0,028 + 1,301 = -0,873$). Este resultado sugere menor reconhecimento oportuno de perdas nas empresas brasileiras analisadas após a adoção das IFRS.

Esperava-se que a soma dos coeficientes ($\alpha_2 + \alpha_3 + \alpha_6 + \alpha_7$) referente ao modelo ajustado pela *dummy* IFRS fosse inferior à soma dos coeficientes ($\alpha_2 + \alpha_3$) referente ao modelo original. O R² foi de 4,9% e 5,8%, respectivamente, evidenciando que o modelo apresenta um baixo poder explicativo. No entanto, esse resultado está condizente com pesquisas nacionais e internacionais sobre o tema.

Conforme já destacado no referencial teórico, apesar do posicionamento do IASB quanto à retirada do conservadorismo da condição de

aspecto da representação fidedigna, há na literatura diversos estudos (BASU, 1997; BALL; KOTHARI; ROBIN, 2000; GIVOLY; HAYN, 2000; BALL; ROBIN; WU, 2003; BALL; SHIVAKUMAR, 2005; BARTH; LANDSMAN; LANG, 2008; PAANANEN; LIN, 2009; DECHOW; GE; SCHRAND, 2010) que apontam o conservadorismo contábil como uma *proxy* para a qualidade da informação contábil. A existência de conservadorismo contábil reduz os incentivos da administração e a capacidade de manipular os números contábeis. Dessa forma, reduz a assimetria da informação entre principal e agente.

Nesse sentido, os resultados deste estudo apontam que as empresas analisadas se apresentaram menos conservadoras após a adoção das IFRS, o que segundo os autores supracitados, representaria uma perda na qualidade da informação contábil, com possibilidade de aumento na assimetria de informação entre os gestores (agentes) e acionistas/investidores (principal).

Assim, os resultados encontrados sugerem que houve mudança na magnitude do conservadorismo após a adoção das IFRS, mas como os coeficientes α_2 e α_3 não foram significativos, não é possível confirmar estatisticamente tal comportamento. Este resultado rejeita a hipótese H₁, que sugere que a convergência das normas brasileiras de contabilidade às normas contábeis internacionais

Enf.: Ref. Cont.	UEM - Paraná	v. 35	n. 1	p. 35-53	janeiro / abril 2016
------------------	--------------	-------	------	----------	----------------------

influenciou o nível de conservadorismo contábil de empresas brasileiras.

Consequentemente, as seguintes hipóteses alternativas também foram rejeitadas: H_{1a} - A convergência das normas brasileiras de contabilidade às normas contábeis internacionais elevou o nível de conservadorismo contábil de empresas brasileiras; e H_{1b} - A convergência das normas brasileiras de contabilidade às normas contábeis internacionais diminuiu o nível de conservadorismo contábil de empresas brasileiras.

4.2 EFEITO DA ADOÇÃO DAS IFRS SOBRE O CONSERVADORISMO CONTÁBIL EM EMPRESAS FAMILIARES E NÃO FAMILIARES

Pesquisas anteriores analisaram o impacto de alguns ambientes institucionais sobre a qualidade dos resultados (BALL; ROBIN; WU, 2003; LEUZ; NANDA; WYSOCKI, 2003). Leuz, Nanda e Wysocki (2003) relataram que empresas com estrutura de propriedade concentrada que operam em países com baixa proteção ao investidor apresentam menor nível de qualidade de informação em seus relatórios contábeis, medido por meio de maiores níveis de gerenciamento de resultados.

De acordo com pesquisas internacionais, a estrutura de propriedade está associada à qualidade da informação (FAN; WONG, 2002; BALL; SHIVAKUMAR, 2005; BURGSTÄHLER; HAIL; LEUZ, 2006). No entanto, há divergência nos resultados encontrados, pois alguns autores argumentam que a alta concentração de propriedade de empresas familiares melhora o conteúdo informativo dos lucros, porque os gestores altamente qualificados são mais capazes de interpretar os componentes dos resultados para prever fluxos de caixa futuros e, assim, gerenciar menos os resultados (WANG, 2006; ALI et al., 2007).

Por outro lado, algumas pesquisas apontam que a menor distância entre a propriedade e o controle e a alta concentração de propriedade pode resultar em uma proteção injustificada. A literatura tem demonstrado que a alta participação gerencial pode fornecer aos gestores fortes incentivos para gerenciar resultados (YEO et al., 2002; CHENG; WARFIELD, 2005). Além disso,

empresas com maior concentração de propriedade e controle são mais propensas a prover os investidores com menos informações sobre os resultados (FAN; WONG, 2005).

Para investigar o efeito das IFRS sobre o conservadorismo contábil em empresas familiares e não familiares, a amostra foi dividida em dois grupos, denominados familiares e não familiares. A equação modificada pela variável *dummy* IFRS foi utilizada para analisar estes dois grupos, respectivamente.

Os resultados da regressão referente ao modelo desenvolvido por Ball e Shivakumar (2005), utilizado para estimar o ganho e as perdas oportunas incorporadas como tendência para aumentos e diminuições, como forma de reversão de lucros contábeis em empresas familiares e não familiares, são apresentados na Tabela 2. A análise de regressão foi realizada para as subamostras de empresas familiares e não familiares, incluindo 180 empresas familiares e 135 empresas não familiares. Foram analisados 10 períodos (2003-2012) por meio de painel desbalanceado, totalizando 1.448 observações de empresas familiares e 1.080 observações de empresas não familiares.

A Tabela 2 apresenta o resultado da estimativa da versão do modelo original, conforme explicado anteriormente, para apresentar diferenças entre período de pré-convergência e pós-convergência para todas as empresas da amostra, como também para as subamostras de empresas familiares e não familiares.

As previsões deste estudo sobre a diferença nos efeitos da convergência sobre o conservadorismo contábil em empresas familiares e não familiares estão consubstanciadas no raciocínio e evidências relatadas por Fan e Wong (2002); Ball e Shivakumar (2005); e Burgstahler, Hail e Leuz (2006), de que a estrutura de propriedade está associada à qualidade da informação.

A hipótese H_2 é que a influência da convergência das normas brasileiras de contabilidade às normas contábeis internacionais em empresas familiares difere da influência observada em empresas não familiares. A Tabela 2 apresenta os resultados da regressão calculada utilizando o modelo original Ball e Shivakumar (2005).

Tabela 2 - Resultados da equação (2a) para as empresas familiares e não familiares.

Variáveis		Modelo Original – Empresas Familiares			Modelo Original – Empresas Não Familiares		
C	α_0	0,085	7,914	0,010	0,131	1,863	0,070
$D\Delta NI_{t-1}$	α_1	-0,178	-12,606	0,014	-0,260	-2,901	0,089
ΔNI_{t-1}	α_2	-0,164	-2,762	0,059	-0,034	-0,102	0,340
$D\Delta NI_{t-1} * \Delta NI_{t-1}$	α_3	-0,550	-6,602	0,083	-2,047	-4,456	0,459
R^2 (%)				19,5		5,1	
F-Statistic				117,319		19,281	
Durbin-Watson statistic				1,386		1,063	
Observations (firm-year)				1,448		1,080	

Fonte: Dados da pesquisa.

A partir da análise da Tabela 2 constata-se que a soma dos coeficientes das variáveis relacionadas ao reconhecimento oportuno das perdas econômicas em empresas brasileiras não familiares é maior do que a soma dos coeficientes das empresas familiares. Esta afirmação pode ser constatada a partir da análise dos resultados do modelo original da subamostra de empresas não familiares, por meio da soma dos coeficientes $\alpha_2 + \alpha_3$ ($-0,034 + -2,047 = -2,082$), em comparação com as empresas familiares ($-0,164 + -0,550 = -0,714$). De acordo com o modelo utilizado, isso é um indicador de que as empresas brasileiras

não familiares reconhecem mais oportunamente as perdas econômicas do que as empresas familiares. No entanto, os coeficientes das empresas não familiares não se mostraram estatisticamente significativos.

A Tabela 3 apresenta os resultados da regressão utilizando o modelo ajustado de Ball e Shivakumar (2005). De acordo com os resultados encontrados, há evidências de que o conservadorismo contábil em empresas familiares difere do conservadorismo em empresas não familiares após a adoção das IFRS.

Tabela 3 - Resultados da equação (2b) para as empresas familiares e não familiares após IFRS.

Variáveis		Modelo IFRS Empresas Familiares			Modelo IFRS – Empresas Não Familiares		
		Coefficiente	Estatística t	Sig.	Coefficiente	Estatística t	Sig.
C	α_0	0.103	6.122	0.016	0.053	0.475	0,112
$D\Delta NI_{t-1}$	α_1	-0.189	-8.807	0.021	-0.243	-1.755	0,138
ΔNI_{t-1}	α_2	0.020	0.226	0.090	-0.420	-0.616	0,682
$D\Delta NI_{t-1} * \Delta NI_{t-1}$	α_3	-0.377	-3.063	0.123	-3.900	-4.624	0,843
IFRS	α_4	-0.030	-1.416	0.021	0.122	0.852	0,143
IFRS* $D\Delta NI_{t-1}$	α_5	0.023	0.824	0.028	-0.005	-0.029	0,180
IFRS* ΔNI_{t-1}	α_6	-0.321	-2.701	0.118	0.501	0.640	0,784
IFRS* $D\Delta NI_{t-1} * \Delta NI_{t-1}$	α_7	-0.352	-2.127	0.165	3.071	3.060	1,003
R^2 (%)				21.9		8,2	
F-Statistic				57.717		13,720	
Durbin-Watson statistic				1.408		1,046	
Observations (firm-year)				1.448		1.080	

Fonte: Dados da pesquisa.

Enf.: Ref. Cont.	UEM - Paraná	v. 35	n. 1	p. 35-53	janeiro / abril 2016
------------------	--------------	-------	------	----------	----------------------

Por meio da análise da Tabela 3 constata-se uma tendência de que após as IFRS as empresas brasileiras familiares passaram a reconhecer mais oportunamente as perdas econômicas em comparação com as empresas não familiares. Esta afirmação pode ser constatada a partir da análise dos resultados do modelo ajustado da subamostra de empresas familiares, por meio da soma dos coeficientes $\alpha_2 + \alpha_3 + \alpha_6 + \alpha_7$ ($0,020 + -0,377 + -0,321 + -0,352 = -1,030$), em comparação com as empresas não familiares $\alpha_2 + \alpha_3 + \alpha_6 + \alpha_7$ ($-0,420 + -3,900 + 0,501 + 3,071 = -0,747$).

Dos resultados evidenciados na Tabela 3, a subamostra de empresas familiares merece destaque, inicialmente, pelo fato de que o coeficiente α_2 registrou valor positivo e estatisticamente significativo, indicando que variações positivas no resultado contábil são persistentes, o que sugere o diferimento dos ganhos econômicos (as boas notícias). Por outro lado, em relação ao coeficiente α_3 foi encontrado valor negativo e relevante ao nível de 12%, evidenciando que variações negativas no resultado contábil são mais transitórias, sugerindo que as perdas econômicas (as más notícias) são reconhecidas tempestivamente. A combinação dessas evidências permite rejeitar a hipótese H_{2b} , de que a convergência das normas brasileiras de contabilidade às normas contábeis internacionais diminuiu o nível de conservadorismo contábil de empresas brasileiras familiares. Ainda em relação à subamostra de empresas familiares, destaca-se o aumento no poder de explicação da equação, com R^2 de 19% (modelo original) e de 21% (modelo ajustado).

No entanto, não se pode confirmar o resultado da subamostra de empresas não familiares em razão da não significância dos coeficientes (α_2 , α_3 , α_6 e α_7). Vale ressaltar que os resultados foram o inverso daqueles obtidos por meio do modelo original, ou seja, sem considerar a convergência das normas brasileiras para as normas internacionais. Estes resultados, embora não significativos, estão em linha com as evidências de Fan e Wong (2002), Ball e Shivakumar (2005) e Burgstahler, Hail e Leuz (2006), que afirmam que a estrutura de propriedade está associada à qualidade da informação.

A análise da influência das IFRS sobre o conservadorismo evidencia uma tendência de que após a adoção das IFRS, as empresas

familiares passaram a ficar mais propensas ao reconhecimento oportuno de perdas econômicas do que antes da convergência às normas internacionais ($-1,030 > -0,714$). Dessa forma, não se rejeita a hipótese H_{2a} , que sugere que a convergência das normas brasileiras de contabilidade às normas contábeis internacionais elevou o nível de conservadorismo contábil de empresas brasileiras familiares, rejeitando-se a H_{2b} .

Portanto, denota-se que a adoção das IFRS contribuiu para que as empresas familiares se apresentassem mais conservadoras e, portanto, com maior qualidade em suas informações contábeis, o que vai ao encontro dos resultados de diversos estudos quanto ao conservadorismo e adoção das IFRS (BASU, 1997; BALL; KOTHARI; ROBIN, 2000; GIVOLY; HAYN, 2000; BALL; ROBIN; WU, 2003; BALL; SHIVAKUMAR, 2005; BARTH; LANDSMAN; LANG, 2008; PAANANEN; LIN, 2009; DECHOW; GE; SCHRAND, 2010).

Ainda em relação às empresas familiares, Fan e Wong (2005) destacam que empresas mais concentradas são propensas a fornecer menos informações aos investidores sobre os resultados, o inverso do observado neste estudo, ao se considerar que as más notícias são reconhecidas mais tempestivamente pelas empresas familiares após a adoção das IFRS.

Ao considerar que os coeficientes encontrados não foram significativos estatisticamente, pode-se inferir que há uma tendência, a partir dos resultados deste estudo, de que a adoção das IFRS por empresas familiares tenham resultado em aumento da qualidade da informação contábil (medido pelo maior nível de conservadorismo contábil), embora outros fatores (normas e incentivos) podem ter papel significativo nesse processo.

Em relação às empresas não familiares, denota-se uma tendência de que, após a adoção dessas normas, este grupo de empresas está menos propenso ao reconhecimento oportuno de perdas econômicas do que antes da convergência às normas internacionais ($-0,747 < -2,082$), embora os coeficientes encontrados não sejam significativos.

Finalmente, os resultados das Tabelas 2 e 3 demonstram uma tendência de aumento de

Enf.: Ref. Cont.	UEM - Paraná	v. 35	n. 1	p. 35-53	janeiro / abril 2016
------------------	--------------	-------	------	----------	----------------------

conservadorismo após a adoção das IFRS para o grupo de empresas familiares e uma redução do conservadorismo para o grupo de empresas não familiares. No entanto, rejeita-se a hipótese H_2 , que sugere que a influência da convergência sobre o conservadorismo contábil em empresas familiares difere da influência observada em empresas não familiares, pois os coeficientes encontrados na subamostra de empresas não familiares não foram significativos.

5 CONCLUSÕES

O objetivo do presente estudo foi verificar a influência da convergência das normas brasileiras de contabilidade às normas contábeis internacionais no conservadorismo contábil de empresas brasileiras familiares e não familiares listadas na BM&FBovespa. Pesquisa descritiva, com coleta de dados documental e abordagem quantitativa foi desenvolvida para tal. A amostra pesquisada compreendeu 315 empresas brasileiras listadas na BM&FBOVESPA, sendo 180 de controle familiar e 135 não familiares. Para o cálculo do conservadorismo contábil foi utilizado o Modelo desenvolvido por Ball e Shivakumar (2005). A partir do tratamento estatístico, algumas considerações são apresentadas.

Quanto ao primeiro objetivo específico, que foi identificar a existência do reconhecimento mais oportuno de perdas, por meio da análise dos lucros divulgados pelas empresas não financeiras integrantes da amostra, observou-se que há uma tendência das empresas brasileiras reconhecerem mais oportunamente as perdas econômicas do que os ganhos. Depreende-se, a partir disso, que os contadores brasileiros são conservadores e que divulgam o menor dos vários valores possíveis para os ativos e receitas, e o maior dos vários valores possíveis de passivos e despesas. No entanto, como os coeficientes α_2 e α_3 do modelo empregado não foram significativos, não é possível confirmar estatisticamente tal comportamento.

Em relação ao segundo objetivo específico, examinar alterações no nível de conservadorismo contábil após a adoção das IFRS nas empresas da amostra, observou-se que após a convergência às normas contábeis do IASB as empresas pesquisadas se apresentaram menos propensas ao reconhecimento oportuno de perdas

econômicas do que antes da convergência. No entanto, devido a não significância dos coeficientes, não é possível confirmar estatisticamente tal comportamento. Assim, os resultados encontrados indicam que houve mudança na magnitude do conservadorismo após a adoção das IFRS, embora não tenha sido possível confirmar estatisticamente tal resultado.

A respeito do terceiro objetivo específico, que consistia em comparar os efeitos da convergência sobre o conservadorismo contábil entre empresas familiares e não familiares, constatou-se que após a adoção das IFRS, os resultados indicam que as empresas brasileiras familiares passaram a reconhecer mais oportunamente as perdas econômicas em comparação com as empresas não familiares. Assim, os resultados sugerem que as normas contábeis internacionais causaram diferentes impactos na divulgação de informações financeiras de empresas familiares em comparação com o grupo de empresas não familiares. Isso demonstra que a estrutura de propriedade pode exercer influência sobre as informações divulgadas nos relatórios contábeis. No entanto, embora os coeficientes obtidos por meio da análise da subamostra de empresas familiares registrem significância estatística (mas apenas com margem erro mais elevada - 12%), os coeficientes das empresas não familiares não se mostraram estatisticamente significativos, impedindo uma confirmação estatística a esse respeito.

Quanto às hipóteses de pesquisa, rejeita-se a hipótese H_1 - a convergência das normas brasileiras de contabilidade às normas contábeis internacionais influenciou o nível de conservadorismo contábil de empresas brasileiras, devido a não significância estatística dos coeficientes, bem como suas derivadas (H_{1a} e H_{1b}).

A hipótese H_2 - a influência da convergência sobre o conservadorismo contábil em empresas familiares difere da influência observada em empresas não familiares foi rejeitada, apesar dos resultados obtidos indicarem que após as IFRS as empresas brasileiras familiares passaram a reconhecer mais oportunamente as perdas econômicas em comparação com as empresas não familiares. Destaca-se a significância dos coeficientes das empresas familiares, porém, devido a não significância dos coeficientes das empresas não familiares, não foi possível

Enf.: Ref. Cont.	UEM - Paraná	v. 35	n. 1	p. 35-53	janeiro / abril 2016
------------------	--------------	-------	------	----------	----------------------

comprovar tais resultados devido a não significância estatística.

Estes resultados levaram a não rejeição da hipótese H_{2a} - a convergência das normas brasileiras de contabilidade às normas contábeis internacionais elevou o nível de conservadorismo contábil de empresas brasileiras familiares e, conseqüentemente, à rejeição da hipótese H_{2b} - a convergência das normas brasileiras de contabilidade às normas contábeis internacionais diminuiu o nível de conservadorismo contábil de empresas brasileiras familiares. Assim, os resultados encontrados sugerem que houve mudança na magnitude do conservadorismo após a adoção das IFRS em empresas familiares.

Por fim, conclui-se em relação ao objetivo geral, que há evidências da influência da convergência das normas brasileiras de contabilidade às normas contábeis internacionais no conservadorismo contábil de empresas brasileiras familiares e não familiares, embora tenha sido possível confirmá-las estatisticamente somente para a subamostra de empresas familiares. Dessa forma, em resposta à questão de pesquisa, conclui-se que a adoção das normas contábeis do IASB contribuiu para a elevação do nível de conservadorismo contábil verificado nos relatórios de empresas brasileiras de controle familiar, sendo que efeito inverso pode ter ocorrido nas empresas não familiares, pois não foi possível confirmar estatisticamente o resultado para este grupo de empresas, o que destaca a influência do processo de convergência no nível de conservadorismo contábil praticado por empresas brasileiras familiares e a possível influência do processo de convergência no nível de conservadorismo contábil praticado por empresas brasileiras não familiares.

REFERÊNCIAS

- ALI, A.; CHEN, T. Y.; RADHAKRISHNAN, S. Corporate disclosures by family firms. *Journal of Accounting and Economics*, v. 44, p. 238-286, 2007.
- ASHBAUGH, H.; PINCUS, M. Domestic accounting standards, international accounting standards, and the predictability of earnings. *Journal of Accounting Research*, v. 39, p. 417-434, 2001.
- BALL, R., KOTHARI, S. P., ROBIN, A. The effect of international institutional factors on properties of accounting earnings. *Journal of Accounting and Economics*, v. 29, p. 1-51, 2000.
- BALL, R. J.; ROBIN, A.; WU, J. S. Incentive versus standards: properties of accounting income in four East Asian countries. *Journal of Accounting and Economics*, v. 36, p. 235-270, 2003.
- BALL, R.; SHIVAKUMAR, L. Earnings quality in U.K. private firms. *Journal of Accounting and Economics*, v. 39, n. 1, p. 83-128, 2005.
- BARTH, M. E.; LANDSMAN, W. R.; LANG, M. International accounting standards and accounting quality. *Journal of Accounting Research*, v. 46, p. 467-498, 2008.
- BASU, S. The conservatism principle and the asymmetric timeliness of earnings. *Journal of Accounting and Economics*, v. 24, p. 3-37, 1997.
- BIDDLE, G.; HILARY, G. Accounting Quality and Firm-Level Capital Investment. *The Accounting Review*, v. 81, p. 963-982, 2006.
- BURGSTAHLER, D.; HAIL, L.; LEUZ, C. The importance of reporting incentives: earnings management in European private and public firms. *The Accounting Review*, v. 81, n. 5, p. 983-1016, 2006.
- BUSHMAN, R.; PIOTROSKI, J.; SMITH, A. **Capital allocation and timely accounting recognition of economic losses**. Working paper. University of North Carolina and University of Chicago, 2006.
- BUSHMAN, R. M.; PIOTROSKI, J. D. Financial reporting incentives for conservative accounting: The influence of legal and political institutions. *Journal of Accounting and Economics*, v. 42, p. 107-148, 2006.
- CALLAO, S.; JARNE, J. I.; LAÍNEZ, J.A. Adoption of IFRS in Spain: effect on the comparability and relevance of financial reporting. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, v.16, p. 148-178, 2007.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P.A. **A pesquisa: noções gerais**. Metodologia científica, v. 3, p. 50-63, 1996.

Enf.: Ref. Cont.	UEM - Paraná	v. 35	n. 1	p. 35-53	janeiro / abril 2016
------------------	--------------	-------	------	----------	----------------------

- COMITÊ, DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento conceitual básico**: estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis. 2011. Disponível em: <www.cpc.org.br>. Acesso em: 14 jan. 2014.
- CHENG, T. **Executive compensation contracts of family firms**. Working paper. University of Texas at Dallas, 2005.
- CHENG, Q.; WARFIELD, T. Equity incentives and earnings management. *The Accounting Review*, v. 80, n. 2, p. 441-476, 2005.
- CLAESSENS, S.; DJANKOV, S.; FAN, J. P.; LANG, L. H. Disentangling the incentive and entrenchment effects of large shareholdings. *The Journal of Finance*, v. 57, n. 6, p. 2741-2771, 2002.
- CLAESSENS, S.; DJANKOV, S.; LANG, L. The separation of ownership and control in East Asian corporations. *Journal of Financial Economics*, v. 58, p. 81-112, 2000.
- DAVIS, J. H.; SCHOORMAN, F. D.; DONALDSON, L. Toward a stewardship theory of management. *Academy of Management Review*. v. 22, p. 20-47, 1997.
- DECHOW, P.; GE, W.; SCHRAND, C. Understanding earnings quality: A review of the proxies, their determinants and their consequences. *Journal of Accounting and Economics*, v. 50, p. 344-401, 2010.
- DOUPNIK, T. S.; SALTER, S. B. An empirical test of a judgemental international classification of financial reporting practices. *Journal of International Business Studies*, v. 24, n. 1, p. 41-60, 1993.
- ENSLEY, M. D.; PEARSON, A. W. An exploratory comparison of the behavioral dynamics of top management teams in family and nonfamily new ventures: Cohesion, conflict, potency, and consensus. *Entrepreneurship Theory and Practice*, v. 29, n. 3, p. 267-284, 2005.
- FAMA, E. F. Efficient capital markets: a review of theory and empirical work. *Journal of Finance*, v. 25, p. 383-417, 1970.
- FAMA, E.; JENSEN, M. Agency problems and residual claims. *Journal of Law and Economics*, v. 26, p. 301-325, 1983.
- FAN, J.; WONG, T. J. Corporate ownership structure and the informativeness of accounting earnings in East Asia. *Journal of Accounting and Economics*, v. 33, n. 3, p. 401-425, 2002.
- FAN, J.; WONG, T. J. Do External Auditors Perform a Corporate Governance Role in Emerging Markets? Evidence from East Asia. *Journal of Accounting Research*. v. 43, 2005.
- FÁVERO, L. P. et al. **Análise de dados**: modelagem multivariada para tomada de decisões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- FRANCIS, J. et al. The market pricing of accruals quality. *Journal of Accounting and Economics*, v. 39, p. 295-327, 2005.
- GARCÍA LARA, J. M.; MORA, A. Balance sheet versus earnings conservatism in Europe. *European Accounting Review*, v. 13, 2004.
- GARCÍA LARA, J. M.; TORRES, J. A. R.; VEIRA, P. J. V. Conservatism of earnings reported under international accounting standards: a comparative study. *Revista Española de Financiación Y Contabilidad*. v. 37, p. 197-210, 2008.
- GIVOLY, D.; HAYN, C. The changing time-series properties of earnings, cash flows and accruals: Has "financial reporting become more conservative? *Journal of Accounting and Economics*, v. 29, p. 287-320, 2000.
- HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. **Teoria da contabilidade**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- HUNG, M.; SUBRAMANYAM, K. R. Financial statement effects of adopting international accounting standards: the case of Germany. *Review of Accounting Studies*, v. 12, p. 623-657, 2007.
- IASB – IFRS Foundation and International Accounting Standards Board. **Due process handbook for the IASB**. Disponível em: <<http://www.ifrs.org/NR/rdonlyres/1E8D75B7-927F-495B-BE4A-04C9BE967097/0/DueProcess09.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2014.
- IUDÍCIUS, S. et al. **Manual de contabilidade societária**, 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Enf.: Ref. Cont.	UEM - Paraná	v. 35	n. 1	p. 35-53	janeiro / abril 2016
------------------	--------------	-------	------	----------	----------------------

IYENGAR, R. J.; ZAMPELLI, E. M. Does accounting conservatism pay? **Accounting & Finance**, v. 50, p. 121-142, 2010.

JAGGI, B.; LOW, P. Y. Impact of Culture, Market Forces, and Legal System on Financial Disclosures. **The International Journal of Accounting**, v. 35, p. 495-519, 2000.

JENSEN, M.C.; MECKLING, W.H. Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs, and ownership structures. **Journal of Financial Economics**, v. 3, p. 305-360, 1976.

KLANN, R. C. **Impacto das diferenças de normas contábeis brasileiras, americanas e internacionais em indicadores de desempenho de empresas**. 2007. 211 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2007.

LAFOND, R.; WATTS, R. L. The Information Role of Conservatism. **The Accounting Review**, v. 83, p. 447-478, 2008.

LA PORTA, R.; LOPEZ-DE-SILANES, F.; SHLEIFER, A. Corporate ownership around the world, **Journal of Finance**, v. 54, p. 471-517, 1999.

LEUZ, C. IAS versus US GAAP: Information asymmetry-based evidence from Germany's new market. **Journal of Accounting Research**. v. 41 p. 45–72, 2003.

LEUZ, C.; NANDA, D.; WYSOCKI, P. Earnings management and investor protection: an international comparison. **Journal of Financial Economics**, v. 69, p. 27, 2003.

LEUZ, C.; VERRECCHIA, R. The economic consequences of increased disclosure. **Journal of Accounting Research**, v. 38 (Supplement), p. 91-124, 2000.

MEEK, G. K.; SAUDAGARAN, S. M. A survey of research on financial reporting in a transnational context. **Journal of Accounting Literature**, v. 9, n. 145, p. 82, 1990.

MYERS, J.N.; MYERS, L.A.; OMER, T.C. Exploring the auditor-client relationship and the quality of earnings: a case for mandatory auditor rotation. **The Account Review**. v. 78, p. 779-800, Jul., 2003.

NEILL, J. D. Accounting quality and the long-term mispricing of initial public security offerings. In: EARNINGS QUALITY CONFERENCE, 1993, Norman. **Anais...** Norman: The University of Oklahoma Press, 1993. CD-ROM.

PAANANEN, M.; LIN, H. The development of accounting quality of IAS and IFRS over time: the case of Germany. **Journal of International Accounting Research**, v. 8, p. 31-55, 2009.

PIOT, C.; DUMONTIER, P.; JANIN, R. **IFRS consequences on accounting conservation within Europe**. SSRN Working Paper, 2010. Disponível em: <<http://www.ssrn.com>>. Acesso em: 16 Mar. 2013.

POTTER G.; RAYBURN, J. The impact of earnings quality on discretionary disclosure: the case of interim reporting. In EARNINGS QUALITY CONFERENCE, 1993, Norman. **Anais...** Norman: The University of Oklahoma Press, 1993. CD-ROM.

RAONIC, I.; MCLEAY, S.; ASIMAKOPOULOS, I. The timeliness of income recognition by European companies: An analysis of institutional and market complexity. **Journal of Business Finance & Accounting**, v. 31, n. 1-2, p. 115-148, 2004.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

ROYCHOWDHURY, S.; WATTS, R. L. Asymmetric timeliness of earnings, market-to-book and conservatism in financial reporting. **Journal of Accounting and Economics**, v. 44, n. 1, p. 2-31, 2007.

SAMUELSON, P. A. Proof that properly anticipated prices fluctuate randomly. **Industrial Management Review**, v. 6, n. 2, p. 41-49, 1965.

SANTOS, L. P. G. dos et al. Efeito da Lei 11.638/07 sobre o conservadorismo condicional das empresas listadas BM&FBOVESPA. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 22, n. 56, p. 174-188, 2011.

SODERSTROM, N. S.; SUN, K. J. IFRS adoption and accounting quality: a review. **European Accounting Review**, v. 16, 2007.

Enf.: Ref. Cont.	UEM - Paraná	v. 35	n. 1	p. 35-53	janeiro / abril 2016
------------------	--------------	-------	------	----------	----------------------

STERZECK, G. **Efeito da convergência contábil sobre o conservadorismo das instituições financeiras**. 2011. 85 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SUN, K. **Financial reporting quality, capital allocation efficiency, and financing structure: an international study**. Working Paper, University of Hawaii at Manoa, 2006.

VELURY, U.; JENKINS, D. S. Institutional ownership and quality of earnings. **Journal of Business Research**. v. 59, p. 1043-1051, 2006.

VILLALONGA, B.; AMIT, R. How do family ownership, control and management affect firm value?. **Journal of Financial Economics**, v. 80, n. 2, p. 385-417, 2006.

WANG, D. Founding family ownership and earnings quality. **Journal of Accounting and Research**, v. 44, p. 619-655, 2006.

WATTS, R. L. **Conservatism in accounting – part I: explanations and implications**. Simom School of Business. Working Paper nº FR 03-16, 2003. Disponível em: <<http://papers.ssrn.com>> acesso em: 10/03/2013.

WEFFORT, E. F. J. **O Brasil e a harmonização contábil internacional: influências dos sistemas jurídico e educacional, da cultura e do mercado**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

WILD, J. J. The audit committee and earnings quality. **Journal Accounting Audit Finance**, p. 247-276, 1996.

YEO, G. H. H. et al.. Corporate ownership structure and the informativeness of earnings. **Journal of Business Finance & Accounting**, v. 29, p. 1023-1046, 2002.

Endereço do Autor:

Endereço: Rua Antônio da Veiga, 140 – Sala D 202 –
Bairro Victor Konder
Blumenau/SC – Brasil
89012-900

Enf.: Ref. Cont.	UEM - Paraná	v. 35	n. 1	p. 35-53	janeiro / abril 2016
------------------	--------------	-------	------	----------	----------------------